



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

RILANDIA GRACILIANO ANTUNES

**A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO CAMPO: a
experiência do SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa/Pernambuco**

João Pessoa – PB

2022

RILANDIA GRACILIANO ANTUNES

**A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO CAMPO: a
experiência do SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa/Pernambuco**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção do
título de licenciada em Pedagogia do Centro
de Educação da Universidade Federal da
Paraíba.

Orientador:

Prof. Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva

João Pessoa – PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A627e Antunes, Rilândia Graciliano.

A educação de pessoas jovens e adultas no campo: a experiência do SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa/Pernambuco / Rilândia Graciliano Antunes. - João Pessoa, 2022.
47f. : il.

Orientação: Alexandre Magno Tavares da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação do campo. 2. Educação de jovens e adultos. 3. SERTA. I. Silva, Alexandre Magno Tavares da. II. Título.

UFPB/CE

CDU 374.7(043.2)

RILANDIA GRACILIANO ANTUNES

**A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO CAMPO: a experiência do
SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa/Pernambuco**

Aprovado em: 07 de dezembro de 2022

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Alexandre Magno Tavares da Silva

CE/DME/UFPB

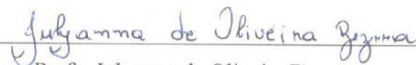
Orientador



Prof.^a Quêzia Vila Flor Furtado

CE/DME/UFPB

Examinadora Interna



Prof.^a Julyanna de Oliveira Bezerra

SEDEC/João Pessoa

Examinadora Externa

Dedicatória

Ao meu avô, João Graciliano Neco, que nos deixou quando eu ainda era criança, mas que nunca esquecerei. Sua fisionomia, seu carinho, sua voz e sua imagem sentado na velha cadeira de balanço enquanto nos via brincar e sonhar com o futuro. Tenho certeza que de onde ele estiver, continua me olhando orgulhoso da mulher forte nordestina, sertaneja e pernambucana que estou me tornando, mas que não perdeu a essência daquela “menina de cabelo de bosta de rolinha”, como me chamava. Hoje, através da conclusão desse TCC, ele estaria sorrindo ao perceber que aquela menina que fingia ser professora, riscando de giz os silos de milho no nosso sertão, está cada vez mais perto de realizar os sonhos de criança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, José Roberto, que é minha maior expiração e motivador pela conclusão do meu curso, pois é um adulto da EJA. Pude acompanhá-lo em suas aulas, e a lembrança de ser chamada de “minha professorinha” me motiva até hoje.

Ao meu avô, João Graciliano Neco, a pessoa que foi mais importante na minha vida, homem forte, guerreiro e nordestino.

A minha mãe, Idelma, que sempre me incentivou desde o magistério.

Aos meus irmãos, Joseano e Rilene, que acreditaram no meu potencial.

Em especial meu marido, Aflaudizio, que ao longo desses meses me deu não só força, mas apoio para vencer essa etapa da vida acadêmica. Obrigada, meu amor, por suportar as crises de estresse e minha ausência em diversos momentos.

Ao meu orientador, Alexandre Magno, agradeço por todo auxílio e orientação e aceitou esse desafio de embarcar nas minhas experiências no sertão de Pernambuco.

Agradeço a todos que fizeram parte direta ou indiretamente deste trabalho.

Agradeço ainda à Universidade e todo corpo docente, que me deram o conhecimento necessário para concluir este trabalho.

Ao SERTA pela experiência, e pela oportunidade de fazer o curso de Agroecologia, que foi o idealizador do presente trabalho.

E, por último e principalmente, a Deus por ter me dado a chance de ter chegado até aqui e concluído este trabalho.

RESUMO

A educação é um direito garantido a todos os cidadãos brasileiros pela Constituição de 1988, porém ainda é possível visualizar altas taxas de analfabetismo, principalmente junto a população com maior faixa etária. Essas taxas tornam-se mais desafiantes ainda no contexto do campo, onde há uma evasão escolar maior devido a necessidade de trabalhar. O homem e a mulher do campo se veem, em muitos casos, na posição de desistir da escola para ajudar no sustento da família, trabalhando principalmente na agricultura. Essa parcela da população demanda propostas pedagógicas voltadas para suas peculiaridades, onde se priorize a valorização de suas lutas e vivências culturais no campo. A Educação do Campo surge como uma alternativa para atendimento das particularidades desses sujeitos sociais. Estes são, muitas vezes, atendidos por diversos projetos, instituições e escolas voltadas para a valorização do sujeito do campo. Entre eles temos o SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa, localizado no Estado de Pernambuco. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo central apresentar um relato da experiência protagonizada pelo SERTA enquanto possibilidade de sentir, pensar e agir em torno da educação de pessoas jovens e adultas no campo. No que tange ao processo metodológico, optamos pela pesquisa de natureza qualitativo-interpretativa, valendo-se, para isso, de fontes bibliográficas para a elaboração do referencial teórico, respaldado em estudiosos da área, bem como através da apresentação da experiência em sala de aula. Como resultados obtidos, verificou-se que, a proposta político pedagógica apresentada pelo SERTA, com foco construção de uma autonomia do sujeito do campo é de extrema importância política, ética e formativa, valorizando os saberes, sua maneira de pensar, agir e sentir.

Palavras-chave: EJA, Educação do Campo, SERTA

ABSTRACT

Education is a right guaranteed to all Brazilian citizens by the 1988 Constitution, but it is still possible to see high rates of illiteracy, especially among the older population. These rates become even more challenging in the rural context, where there is a greater dropout rate due to the need to work. The man and woman of the countryside find themselves, in many cases, in the position of destroying the school to help support the family, working mainly in agriculture. This issue of the population demands requests for education, where priority is given to valuing their struggles and cultural cultures in the countryside. Rural Education emerges as an alternative to attend these social people. These, many times, are attended by several projects, institutions and schools that happen to value what they do. Among them we have SERTA - Alternative Technology Service, located in the State of Pernambuco. In this sense, the main objective of this article is to present an account of the experience carried out by SERTA as a possibility of feeling, thinking and acting around the education of young people and adults in the countryside. Regarding the methodological process, we opted for research of a qualitative-interpretative nature, making use of bibliographic sources for the elaboration of the theoretical framework, supported by the methodology of the area, as through the presentation of the experience in the classroom. The political proposal presented by SERTA, focusing on the construction of an autonomy of the field process is importance, ethical and formative, valuing knowledge.

Keywords: EJA, Rural Education, SERTA

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CEB - Câmara de Educação Básica
CEB - Comunicados Eclesiais de Base
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNER - Campanha Nacional de Educação Rural
CPC - Comissão Pastoral da Criança
CPM - Comissão Pastoral da Mulher
CPN - Comissão Pastoral do Negro
CPT - Comissão Pastoral da Terra
EC - Educação do Campo
EFAORI - Escola Família Agrícola de Orizón
EJA - Educação de Jovens e Adultos
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNDEP - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
MST - Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MER - Movimento de Evangelização Rural
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PBA - Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos
PEADS - Programa Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável
PET - Programa de Educação Tutorial
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SECAD - Secretaria Nacional do Cadastro Único
SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa
ULTAB - União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O CAMPO ENQUANTO UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA- CULTURAL PROTAGONIZADA PELAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS ADULTOS E IDOSOS EM SUAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS	14
2. OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO NORDESTE BRASILEIRO	22
3. AS CONTRIBUIÇÕES DO SERTA – SERVIÇO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA, ENQUANTO PROCESSO PEDAGÓGICO QUE AUXILIA NO PENSAR, SENTIR E AGIR EM TORNO DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO CAMPO	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
ANEXOS	46

INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2019, p. 2), “quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos”. Assim, o analfabetismo está associado ao contexto da faixa etária. Nesta mesma pesquisa, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil, foi estimada em 6,6% (11 milhões de pessoas), e aponta que as Regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas de analfabetismo mais elevadas – 13,9% e 7,6%, respectivamente, enquanto a região Centro-Sul do País possui taxas bem mais baixas¹.

O PNAD (2019) aponta ainda que o principal motivo do abandono escolar ou de nunca terem frequentado a escola, é a necessidade de trabalhar. Assim, considerando os grandes desafios que envolvem a educação pública brasileira, muitos dos alunos mais jovens optam pela Educação de Jovens e Adultos – EJA, pelo motivo da escola não ofertar o ensino regular no horário noturno, apenas se restringindo à esta modalidade de ensino. Já os adultos buscam um início ou um novo recomeço para os estudos, tendo em vista que, na idade escolar, não tiveram a devida oportunidade de frequentar a escola, pois era um espaço inexistente em várias regiões do Brasil, sobretudo as situadas nos sertões nordestinos.

O direito humano à educação foi garantido aos cidadãos brasileiros pela Constituição de 1988². Todavia, a educação para além de se constituir como direito social, “configura-se como condição necessária, ainda que não suficiente, para o exercício de todos os direitos sejam eles civis, políticos, sociais, econômicos ou de qualquer outra natureza” (SAVIANI, 2011, p. 45). Logo, ao se garantir a educação abrem-se caminhos para a garantia de diversos outros direitos, como moradia, alimentação, nutrição e lazer, entre outros.

¹Taxas de analfabetismo por região (%): Norte - 7,60, Nordeste - 13,90; Sudeste - 3,30; Sul - 3,30; Centro-Oeste - 4,90.

²Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Estes direitos em muitas situações foram negados ou negligenciados à certa parcela da população.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é tomada enquanto uma modalidade de ensino³ que se propõe a garantir o direito humano à educação àqueles que não tiveram oportunidade de acesso e permanência na escola no chamado tempo “adequado”. Essa modalidade tem como objetivo, segundo as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos, fornecer meios de formar indivíduos ativos, críticos, criativos e democráticos.

o “compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo que os educandos e educandas aprimorem sua consciência crítica, e adotem atitudes éticas e compromisso político, para o desenvolvimento da sua autonomia intelectual” (BRASIL, 2006, p. 27),

Trazendo esta discussão para a realidade no contexto da Educação do Campo, o tema está envolvido em muitos desafios, pois são espaços nos quais temos a presença de pessoas com histórico de lutas constantes, e onde a educação foi deixada em segundo plano ao longo do tempo. Conforme Caldart (2012, p. 4)

os sujeitos que trabalham e vivem do campo e seus processos de formação pelo trabalho, pela produção de cultura, pelas lutas sociais, não têm entrado como parâmetros na construção da teoria pedagógica e muitas vezes são tratados de modo preconceituoso, discriminatório

A Educação do Campo surge da mobilização dos movimentos sociais presentes em comunidades camponesas no sentido de lutar e garantir as políticas públicas educacionais voltadas para essa população carecida de atenção⁴.

Enquanto autora do presente trabalho, nasci e cresci na zona rural do sertão de Pernambuco, em uma cidade com cerca de 11 (onze) mil habitantes, chamada Iguaraci. Ainda jovem, ingressei no curso de magistério na mesma cidade, pois era uma das poucas oportunidades profissionais na qual podíamos

³ A EJA foi instituída modalidade de Educação Básica de ensino pela Lei n.º 9.394 de 1996.

⁴ Primeiros movimentos pela conquista de uma Educação do Campo: Ligas Camponesas, as Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs), Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), entre outros.

conseguir uma renda para colaborar com as despesas da família. Isto colaborou no sentido de ter um maior contato com salas de aula na EJA. No ano de 2012, conclui o curso de agroecologia ofertado pelo SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa, que é uma organização onde tem como visão

Ser inspiração para o fortalecimento de redes de Educação transformadora, de movimentos agroecológicos, de construção e disseminação de tecnologias sociais, colaborando para a efetivação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável através do compartilhamento do PEADS⁵

O contato com a EJA (Educação de Jovens e Adultos), o SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa) e a vivência direta com a população do campo, motivaram a escolha do tema da presente pesquisa. Para, além disso, a experiência inspirou a minha leitura de mundo e colaborou no tecimento dos pressupostos teórico-metodológicos e minha caminhada como estudante e, sobretudo enquanto educadora.

Levando em conta as considerações feitas, surge o questionamento: ***Em que medida, a experiências socioeducativas protagonizadas pelo SERTA, podem contribuir no sentir, pensar e agir em torno de uma Educação de Jovens e Adultos no campo?***

Para discutirmos tal questão, o presente trabalho, tem como objetivo geral: ***Apresentar um relato da experiência protagonizada pelo SERTA enquanto possibilidade de sentir, pensar e agir em torno da educação de pessoas jovens e adultas no campo.***

Enquanto objetivo específico tem: ***(1) Apresentar o campo enquanto uma construção sócio-histórica cultural protagonizada pelas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em suas experiências sociais; (2) Discutir os desafios e perspectivas da alfabetização de pessoas jovens e adultas no contexto da educação do campo no nordeste brasileiro; (3) Analisar as contribuições do SERTA – Serviço de tecnologia Alternativa, enquanto processo pedagógico que auxilia no pensar, sentir e agir em torno da educação de pessoas jovens e adultas no campo.***

⁵SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa -<http://www.serta.org.br/o-serta/>

Tendo em vista o problema de pesquisa apresentado, este estudo se justifica pela necessidade de discutir as condições da Educação de Pessoas Jovens e Adultas no contexto da Educação do Campo, considerando a necessidade de ampliarmos a compreensão dos elementos que a geram, entre outras situações, a evasão escolar adulta, bem como os desafios e atitudes necessárias para a melhoria desse cenário. Esta investigação também se justifica pela sua pertinência na vida prática escolar, sobretudo na reflexão em torno da prática pedagógica de educadores e educadoras de pessoas jovens e adultas, uma vez que seus resultados poderão ser utilizados para fins de estudar, discutir e analisar situações semelhantes. Assim como no meio acadêmico, pois poderá servir como aparato teórico para futuras pesquisas.

Quanto aos aspectos metodológicos, optamos pela pesquisa de natureza qualitativo-interpretativa por ser adequada à análise do objeto investigado, valendo-se, para isso, de fontes bibliográficas para a elaboração do referencial teórico, respaldado em estudiosos da área. Segundo Fonseca (2002), essa modalidade de pesquisa é realizada “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. A pesquisa bibliográfica consiste na investigação científica de obras já publicadas, para a presente pesquisa respaldamos em autores como Di Pierro et al. (2001) Alvarenga et al (2008), Strelhow (2010), Caldart (2012), dentre outros, bem como as Leis, Parâmetros e Constituições do país.

Para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, nos voltamos, inicialmente, às leituras que forneceram um aparato teórico, direcionado à Educação de Pessoas Jovens e Adultas no contexto da Educação do Campo, com foco nas experiências socioeducativas, leis, diretrizes, histórico e desafios dessas modalidades de ensino no espaço da educação do campo. No processo de apresentação da experiência em sala de aula, iremos discuti-las a partir dos balizamentos teórico-metodológicos escolhidos para o trabalho.

1. O CAMPO ENQUANTO UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA-CULTURAL PROTAGONIZADA PELAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS ADULTOS E IDOSOS EM SUAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS

A educação de qualidade e tomada enquanto experiência comunitária é um direito de todo e qualquer indivíduo, e é por meio dela que dever-se-ia atingir a cidadania e igualdade. Todavia, o acesso e permanência no espaço escolar, em muitos casos foram negligenciados, enquanto direito, a certa parcela da população brasileira. A Educação do Campo - EC é um conceito em movimento, que envolve experiências escolares e não escolares voltadas especificamente para a população rural.

Carlos Rodrigues Brandão relata que as comunidades rurais muitas vezes são vistas com enfoque do espaço e da cultura, no caso das comunidades tradicionais, e em outros casos, são estudadas com enfoque do tempo e da história, o que acontece para comunidades de frentes pioneiras ou de expansão, as áreas de conflito agrário, os acampamentos e assentamentos da reforma agrária. Assim temos de um lado, “um excesso de cultura (espaço) sem história e, de outro, um excesso de história (tempo) sem cultura” (BRANDÃO, 2017, p. 38). Sendo difícil encontrar um ponto de equilíbrio entre essas duas dimensões.

O autor discute ainda que uma abordagem do campo voltada para a racionalidade empresarial, com base na dinâmica de lucro, muitas vezes remodela estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção, sendo um cenário de surgimento de novos termos entre terra/trabalho, novos conflitos e aguçamento de conflitos antigos. Assim, essa racionalidade como “uma forma quase única de realização do ‘progresso’ quebra o que resta ainda de visões e vivências tradicionais de tempo-espaço rural e de modos de vida a que se aferram ainda os índios e os camponeses (BRANDÃO, 2017, p. 39). Porém, em todo o Brasil,

Através de todos os espaços de “sistemas de objetos e sistemas de ações” e dos mais diversos grupos humanos e modos de vidas, populares ou não, entrevemos a ação de movimentos sociais do MST ao SOS Mata Atlântica. Pela via da questão agrária, pela via da questão ambiental, pela via dos direitos humanos ou por outras vias de enfrentamento que a elas se somam e com elas interagem, são inúmeras as unidades de ações sociais que se opõem à racionalidade, ao poder e aos interesses da expansão globalizada do capital no campo, como propõem, no bojo de suas diferentes contra-racionalidades,

outras e opostas alternativas de gestão social de tempos e de espaços, de vidas e de mundos de vida e de trabalho (BRANDÃO, 2017, p. 41)

Conforme Marques (2002), o campo pode ser definido seguindo duas abordagens. Na **primeira**, é visto como um meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços, assim “o espaço rural corresponde a aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características” (MARQUES, 2002, p. 97). Na **segunda**, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana. Todavia, segundo a autora, o campo e a cidade devem ser compreendidos conforme suas particularidades e características, na qual as diferenças fundamentais identificadas por eles entre estes dois meios sociais se referem a características de ordem econômica, espacial, social e cultural.

Caldart (2012) afirma que o conceito de Educação do Campo consiste na visão de três questões de extrema relevância. A **primeira questão** diz respeito à relação entre Campo - Política Pública - Educação, e que essa relação muitas vezes pode ser tensa.

Há então quem prefira tratar da Educação do Campo tirando o campo (e seus sujeitos sociais concretos) da cena, possivelmente para poder tirar as contradições sociais (o “sangue”) que as constituem desde a origem. Por outro lado, há quem queira tirar da Educação do Campo a dimensão da política pública porque tem medo que a relação com o Estado contamine seus objetivos sociais emancipatórios primeiros. Há ainda quem considere que o debate de projeto de desenvolvimento de campo já é Educação do Campo. E há aqueles que ficariam bem mais tranquilos se a Educação do Campo pudesse ser tratada como uma pedagogia, cujo debate originário vem apenas do mundo da educação, sendo às vezes conceituada mesmo como uma proposta pedagógica para as escolas do campo (CALDART, 2012, p. 2)

Todavia, ao tratarmos esses termos separadamente, pode significar promover uma desconfiguração política e pedagógica da Educação do Campo. A autora defende a concepção da Educação do Campo fiel a sua origem, ou seja, ao campo. Porém, não uma ideia de campo, “mas o campo real, das lutas sociais, da luta pela terra, pelo trabalho, de sujeitos humanos e sociais concretos;

campo das contradições de classe efetivamente sangrando” (CALDART, 2012, p. 2).

A **segunda questão** importante destacada por Caldart (2012) é o conceito de Educação do Campo como especialidade na discussão de país, de política pública, de educação. Assim, a especialidade da Educação do Campo “é do campo, dos seus sujeitos e dos processos formadores em que estão socialmente envolvidos” (CALDART, 2012, p. 3), sendo imprescindível levar em consideração a realidade desses sujeitos, bem como sua formação profissional e cultural.

E a **terceira questão** do conceito da Educação do Campo é que se constitui de três momentos distintos e simultâneos, que se complementam (CALDART, 2012):

1. A EC é negatividade: denúncia/resistência e luta contra ideias de que os sujeitos do campo são inferiores e atrasados, e que não se tenham escolas e oportunidades de formação acadêmica para essa população;
2. A EC é positividade: a denúncia se combina com práticas e propostas concretas do que fazer, do como fazer as políticas públicas, a produção, a organização comunitária, a escola;
3. A EC é superação: projeto/utopia: uma perspectiva de transformação social e de emancipação humana.

A Educação do Campo nasce da crítica à situação educacional do Brasil voltada para os sujeitos do campo, e luta para que as camponesas e os camponeses possam ter acesso ao conhecimento. Portanto, a formação histórica da EC está estreitamente ligada às lutas sociais pelo direito à educação⁶, “configuradas desde a realidade da luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade social, por condições de uma vida digna de seres humanos no lugar em que ela aconteça” (CALDART, 2009, p.39).

Roseli Caldart (2009), reafirma sobre a importância e necessidade de compreender a Educação do Campo em sua historicidade,

o que implica buscar apreender as contradições e tensões que estão na realidade que a produziu e que a move, e que ela ajuda a produzir e mover; que estão no ‘estado da coisa’, afinal, e não

⁶ Autores que tratam sobre as lutas sociais do campo: Maria da Glória Gohn (1975 – atual); Carlos Rodrigues Brandão (1940 – atual); Roseli Salete Caldart; Miguel Gonzalez Arroyo; Monica Castagna Molina, entre outros.

apenas nas ideias ou entre ideias sobre o que dela se diz (CALDART, 2009, p.38).

Segundo a autora, essa educação surge a partir da experiência das camponesas e camponesas organizados em movimentos sociais e envolve diferentes sujeitos, de diferentes posições de classe. Iniciando sua “atuação desde a radicalidade pedagógica destes movimentos sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem” (CALDART, 2009, p.38).

A Educação do Campo surge da mobilização dos movimentos sociais da comunidade camponesa por políticas públicas educacionais voltadas para essa população carecida de atenção. Calazans (apud RANGEL, 2011), afirma que, historicamente, os primeiros indícios de visibilidade da educação no meio rural remontam ao século XIX. Todavia, somente nos anos 30 do século XX começaram a surgir modelos de educação rural, baseados em projetos de modernização do campo.

A expansão industrial dos anos 1950 colocou em pauta a agricultura e a vida da mulher e do homem do campo. A ideia de progresso e modernização do campo dessa época colaborou para acentuar a diferenciação do indivíduo rural e urbano, onde o camponês possuía estereótipos como ingênuo, atrasado, preguiçoso, sendo necessário buscar a escolarização para se tornar um cidadão de direito. Conforme Ferreira (2018, p. 15), “a combinação de fatores externos e internos ao nosso país permitiu a criação de diferentes programas para o desenvolvimento das populações carentes, em particular para o campo”, um deles foi a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER).

Em 1952, no segundo mandato de Getúlio Vargas, foi criada a CNER, a qual foi oficializada em 1956 no governo de Juscelino Kubitschek e extintas em 1963. Com a criação da campanha visualiza-se a primeira iniciativa de ação sistematizada para o campo de caráter nacional, que rompe com práticas e experiências descontínuas, anteriores a ela para atender as populações que viviam no meio rural (FEREIRA, 2018, p. 13). O Decreto nº 38955 de 27/03/1956 que regulariza a campanha, em seu Art. 3º dispõe sobre as competências do CNER, as quais são:

- a) investigar e pesquisar as condições econômicas, sociais e culturais da vida do homem brasileiro no campo;
- b) preparar técnicos para atender às necessidades da Educação de Base ou Fundamental;
- c) promover e estimular a cooperação das instituições e dos serviços educativos existentes no meio rural e das instituições e das que visam o bem comum;
- d) concorrer para a elevação dos níveis econômicos da população rural do meio da introdução, entre os rurícolas, do emprego de técnicas avançadas de organização e de trabalho;
- e) contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais cívicos e morais das populações rurais;
- f) dar, sempre que solicitada orientação técnica às instituições públicas e privadas que, atuando no meio rural, estejam integradas em seus objetivos e finalidades. (BRASIL, 1956, p.2)

As ações do CNER se desenvolviam através de Missões Rurais, Centros Sociais, Centros de Treinamento de Líderes Rurais, de Professores e Auxiliares Rurais, Campanhas Educacionais e outras modalidades de Educação de Base. O CNER pretendia colaborar para a evolução do homem rural, proporcionando um sentido social, suficiência e ideia de valor humano. Assim a partir da década 1950,

as novas formas do fazer educativo traziam a marca da educação popular e de outra visão de mundo – que tem o camponês como sujeito do desenvolvimento e o campo como espaço de vida, de trabalho, de cultura –, onde esse sujeito encontra um sentido e a possibilidade de atualizar-se sem perder a essência da sua identidade (FREITAS, 2011, p. 37).

No início da década de 1960, surgiram algumas propostas educativas com concepções e estratégias inovadoras para a educação de adultos, popular e educação base, muitos deles sob influência da Igreja⁷. O método Paulo Freire e o Movimento de Educação de Base (MEB), que surgem nesta época, reforçaram as ações dos movimentos sociais do campo: as ligas camponesas e os sindicatos rurais que passaram a se reunir na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) e no Movimento dos Agricultores Sem Terra (Máster) (FREITAS, 2011). O objetivo inicial do MEB era a alfabetização, mas, gradativamente "ao constatar a perversa situação social que seu público-alvo vivia, passou a incentivar a autopromoção dos camponeses, orientando

⁷Movimentos, instituições e pastorais ligadas a Igreja Católica: Movimento de Evangelização Rural (MER), Comunicarões Eclesiais de Base (CEBs), Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), Comissão Pastoral do Negro (CPN), Comissão Pastoral da Mulher (CPM), Comissão Pastoral da Criança (CPC), entre outros.

para que as comunidades lutassem pelos seus direitos" (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 140)

Todavia, com o golpe militar de 1964, foram extintos quase todas as ações sociais e projetos educativos que vinham sendo desenvolvidos. A Comissão Pastoral da Terra, fundada em 1975, surge em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam⁸. Sendo considerada uma entidade de defesa dos direitos humanos, portanto companheira de diversos movimentos na luta pela educação no meio rural. Conforme Mitidiero Júnior (2008, p. 159), a CPT dividia suas ações em seis vertente

- I. defendendo a terra trabalhada - os posseiros
- II. organizando a resistência - barragens e grandes projetos
- III. conquistando a terra que é de todos - os sem terra
- IV. garantindo a permanência na terra - agricultura familiar
- V. preservando a natureza para garantir a vida
- VI. buscando resgatar a dignidade humana - boias-frias e trabalhadores escravos
- VII. defesa e promoção dos direitos.

Segundo Freitas (2011), a produção pedagógica dos anos anteriores foi resgatada e sistematizada pelos movimentos sociais nas décadas de 80 e 90, com a redemocratização, constituindo assim uma teoria pedagógica cujos fundamentos estarão presentes em várias iniciativas da Educação do Campo. A partir do final dos anos 90 surge o “movimento autodenominado ‘*Por uma Educação do Campo*’, cujas bases epistemológicas partem de uma visão na qual o mundo rural é diferente do urbano, como se vivêssemos em duas realidades diferentes, como se rural e urbano não fizessem parte de uma mesma totalidade” (NETO, 2010, p. 152). Logo, se o homem rural é diferente do rural, se faz necessário também uma escola com concepções pedagógicas diferenciadas.

Na pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento de ativismo político e social brasileiro, surgiu no ano de 1984. Há uma supervalorização do ensinamento de saberes populares, onde quaisquer tipos de saber que é constituído pelos indivíduos têm relevância. Assim passa-se a valorizar os

⁸ CPT - Comissão Pastoral da Terra - <https://www.cptnacional.org.br/>

conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida (NETO, 2010). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra defende “uma proposta de educação que não trouxesse as coisas prontas para a criança, e sim que ela construísse a sua própria educação, e que fosse participativa para a escola e os pais” (MST, 2005, p. 17).

Ao inserir o protagonismo desses sujeitos do campo na própria formação educacional, a Escola “ajuda a interpretar os processos educativos que acontecem fora dela e contribui para a inserção de educador-educadores e educandas/educandos na transformação da sociedade” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 1998, p. 161). Logo,

a educação enquanto formação humana constitui em uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de seus protagonistas e para construção de uma participação mais crítica e efetiva dos sujeitos, o que implica uma incorporação de responsabilidades individuais e coletivas por suas ações, da necessidade de relacionar e interagir com outros indivíduos para avançar na gestão das políticas e das comunidades onde vivem – no desenvolvimento do capital humano e social (BRASIL/MDA/SDT, apud NETO, 2010, p.159).

Conforme Rangel e Carmo (2011), a história da educação no meio rural foi marcada por duas formas de organização distintas. A primeira perspectiva histórica consiste na implantação do ensino rural de acordo com o modelo de escola dos centros urbanos; e a segunda, mais recente, pauta-se na adoção de práticas e propostas pedagógicas específicas do universo rural, com suas características, interesses e contribuições sociais, políticas econômicas e culturais, sem esquecer a presença, nesse universo, de grupos indígenas e de remanescentes dos quilombos.

O indivíduo do campo, enquanto ser humano livre, consciente e democrático, possui características e histórias que se deve ser levada em consideração na formulação de propostas educacionais, pois a luta pela educação está vinculada com o conjunto de lutas pela transformação das condições sociais da vida do campo (BRASIL/MDA/SDT, apud NETO, 2010). Assim,

A educação como emancipação humana compreende que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, têm nomes e rostos, gêneros, raças e etnias diferenciadas e que

ao lutar pelo direito à terra, à floresta, à água, à soberania alimentar, aos conhecimentos potencializadores de novas matrizes tecnológicas, da produção a partir de estratégias solidárias vão recriando suas pertencas, reconstruindo a sua identidade na relação com a natureza e com sua comunidade. Essa relação, presente dentro da escola, possibilita uma reavaliação do passado, através do resgate da memória e dos conhecimentos socialmente sistematizados pela humanidade. (BRASIL/MDA/SDT, apud NETO, 2010, p. 160)

Para promover essa emancipação humana, a educação do campo, conta com as propostas com atenção a todos os seus espaços e sujeitos, reconhecendo e qualificando suas inquietações e seus questionamentos ao tipo de educação que lhes tem sido oferecida e às dificuldades de exercício pleno de seus direitos, como trabalhadores e cidadãos (RANGEL; CARMO, 2011). E por meio do desenvolvimento humano e social dessa população, pode-se aprimorar as condições de emprego e renda, qualidade de vida e lazer, e assim torna esses sujeitos do campo protagonistas de suas próprias decisões e educação (RANGEL; CARMO, 2011; NETO, 2010)

Assim a Educação do Campo, é vista como construtora de espaço onde possamos viver com dignidade, com compromisso com a vida, as lutas e os movimentos sociais dos indivíduos camponeses. Portanto, “a escola, ao assumir a caminhada do povo do campo, ajuda a interpretar os processos educativos que acontecem fora dela e contribui para a inserção de educadoras/educadores e educandas/educandos na transformação da sociedade (ARROYO; CALDART; MOLINA, 1998, p. 161).

2. OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO NORDESTE BRASILEIRO

A Constituição Federal de 1988, estabeleceu que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, incluindo aqueles que não tiveram acesso à escola em idade própria. Dados mostram que a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil foi estimada em 6,6%, verifica-se ainda que a taxa de analfabetismo reflete as desigualdades regionais, na medida em que as Regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas de analfabetismo mais elevadas – 13,9% e 7,6%, respectivamente, enquanto o Centro-Sul do País, taxas bem mais baixas (PNAD, 2019). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), aponta também que o principal motivo do abandono escolar ou de nunca terem frequentado a escola, é a necessidade de trabalhar, bem como falta de interesse e a gravidez. Daí surge a necessidade em uma modalidade de ensino na qual englobe esse público, que há muito foi deixado à margem da sociedade.

A Educação de Jovens e Adultas é uma modalidade de educação básica voltada para os indivíduos que não tiveram acesso à educação em idade escolar adequada, o ressalta a diversidade que se pode encontrar em uma sala de aula da EJA. Conforme Galvão e Soares (2004, p.53)

são pessoas com experiências e bagagens distintas provindas das vivências no campo familiar, social e no mundo do trabalho. Há os jovens, os mais jovens – adolescentes os adultos e os mais adultos – a Terceira Idade. Há negros, brancos, homens, mulheres, católicos, evangélicos, participantes de religiões de origens africanas.

O Parecer n. 11/2000, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, afirma que a EJA (BRASIL, 2000, p. 5)

representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas

O Parecer defende ainda que a ausência de alfabetização desses indivíduos não deve ser tratada com preconceito e marginalização, pois os mesmos representam grande valor cultural, citandas diversas contribuições para

o país como literatura de cordel, o teatro popular, o cancioneiro regional, os repentistas, as festas populares, as festas religiosas e os registros de memória das culturas afro-brasileira e indígena.

Gomes, Giovanetti e Soares (2020, p. 3) argumentam também que os educandos, educandas e educadores, educadoras envolvidos na Educação de Pessoas Jovens e Adultas fazem parte de uma “dinâmica social e cultural ampla que se desenvolve em meio a lutas, tensões, organizações, práticas e movimentos sociais”, assim esse o processo desse ensino é muito mais complexo do que somente uma “modalidade de ensino”. Strelhow (2010) reitera que a EJA envolve dimensões que transcendem a questão educacional se tornando uma modalidade de ensino complexa, na qual se faz necessário levar em consideração o “saber de experiência feito”, na perspectiva freiriana e histórias de vidas desses indivíduos. Portanto, a EJA consiste em um campo da educação multidimensional, que interliga diversas áreas de conhecimento, no qual englobam diversas questões como juventude, as políticas públicas, direitos humanos, o gênero, a cultura, entre outras.

A Educação de Pessoas Jovens e Adultas é considerada um democratizador do acesso ao conhecimento, que transcende os limites rígidos da escolarização, pois

Abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem-número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar (DI PIERRO et al., 2001. p. 65).

Os avanços tecnológicos e aumento da competitividade do mercado de trabalho são alguns dos motivos para o aumento do retorno aos estudos entre jovens e adultos. Assim como motivados pela satisfação pessoal, conquista de um direito, sensação da capacidade e dignidade que traz autoestima e a sensação de vencer as barreiras da exclusão (STRELHOW, 2010). Existe também a necessidade de os jovens serem vistos e ouvidos de serem, não só independentes, mas protagonistas no mundo que o cerca. Conforme Gomes, Giovanetti e Soares (2020, p. 12) surgem a "urgência em elaborar e programar políticas públicas da juventude dirigidas à garantia da pluralidade de seus direitos e ao reconhecimento de seu protagonismo na construção de projetos de

sociedade, de campo ou de cidade”. Parecer n. 11/2000 reitera que a educação possibilita uma sociedade igualitária e solidária:

a universalização dos ensinos fundamental e médio libera porque o acesso aos conhecimentos científicos virtualiza uma conquista da racionalidade sobre poderes assentados no medo e na ignorância e possibilita o exercício do pensamento sob o influxo de uma ação sistemática. Ela é também uma via de reconhecimento de si, da autoestima e do outro como igual. De outro lado, a universalização do ensino fundamental, até por sua história, abre caminho para que mais cidadãos possam se apropriar de conhecimentos avançados tão necessários para a consolidação de pessoas mais solidárias e de países mais autônomos e democráticos. E, num mercado de trabalho onde a exigência do ensino médio vai se impondo, a necessidade do ensino fundamental é uma verdadeira corrida contra um tempo de exclusão não mais tolerável. (BRASIL, 2000, p.8)

Na trajetória das políticas educacionais no Brasil, visualizam-se diversas ações, programas e projetos voltados à Educação de Jovens e Adultos, os quais defendem uma educação de qualidade para todos os públicos e a erradicação do analfabetismo. Todavia, tais mudanças e reivindicações levaram tempo até chegarmos à modalidade de ensino que vemos hoje nas escolas.

No ano de 1934, a Constituição decreta que compete à União fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar sua execução, em todo o país, que possibilita a liberdade de ensino em todos os graus e ramos. Porém, um dos primeiros esforços do Governo para inserir os jovens e adultos não escolarizados no sistema educacional foi a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947), promovida pelo Ministério da Educação e Saúde que tenha dois objetivos centrais:

- o de estender a ação da escola primária a vários milhões de brasileiros, de ambos os sexos, adolescentes e adultos, que não sabiam ler;
- o de influir na conjuntura cultural do país, de tal modo que os problemas de educação popular passassem a ser percebidos em toda a extensão e gravidade, inclusive nos grandes grupos de analfabetos da população ativa (BRASIL, 1950 p.74).

O fim da década de 50 e início da década de 60 foram marcados por uma grande mobilização social em torno da educação de adultos. Podemos citar vários movimentos sociais criados nesse período, tais como: “Movimento de

Educação de Base” (1961-CNBB), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha de Pé no chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal). Esses movimentos defendiam o indivíduo não alfabetizado como cidadão e produtor de conhecimento, e não mais como imaturos e ignorantes.

Todavia com o Golpe Militar de 1964, representou um retrocesso, tratando a educação como “modo de homogeneização e controle das pessoas” (STRELHOW, 2010, p. 54). Em 1967, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada. Com esse programa a alfabetização ficou restrita à apreensão da habilidade de ler e escrever, sem haver a compreensão contextualizada dos signos (STRELHOW, 2010). Com a chegada da Nova República, Mobral foi extinto em 1985, e nesse período

Muitos programas governamentais acolheram educadores ligados a experiências de educação popular, possibilitando a confluência do ideário da educação popular – até então desenvolvido prioritariamente em experiências de educação não formal – com a promoção da escolarização de jovens e adultos por meio de programas mais extensivos de educação básica. (DI PIERRO et al., 2001. p. 62).

Com a Constituição Federal de 1988, os direitos sociais e as responsabilidades do governo para com as necessidades da população ganharam mais destaque, assim o direito à educação básica se estendeu aos jovens e adultos de forma mais ampla. Em seu artigo 205, decreta “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Já no seu artigo 206 destaca os princípios do ensino, sendo eles:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - Garantia de padrão de qualidade.

E ainda em seu Artigo 208, assegurou o direito universal ao ensino fundamental público e gratuito para todos, até aqueles que não tiveram acesso em idade apropriada.

Nos anos 90, movidos pela preocupação com o desemprego crescente e com as taxas de violência entre jovens, diversos programas foram implementados em diferentes níveis dos governos (Gomes, Giovanetti e Soares 2020). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9.394 foi um impulso para o aumento de matrículas nessa modalidade de ensino, pois defendia referências curriculares e metodologias mais rígidas, além de flexibilizar a organização escolar necessária para esse grupo. A EJA, de acordo com a Lei 9.394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, decretando que os “sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (BRASIL, 1996, p. 15).

No ano de 2000, a Câmara de Educação Básica - CEB iniciou, de forma pública e dialogal, teleconferências e reuniões com a comunidade educacional, visando entender as necessidades específicas para essa modalidade de ensino. Conforme o Parecer n. 11/2000:

Tais iniciativas e encontros, intermediados por sessões regulares da CEB, sempre com a presença de representantes do MEC, foram fundamentais para pensar e repensar os principais tópicos da estrutura do parecer. As sugestões, as críticas e as propostas foram abundantes e cobriram desde aspectos pontuais até os de fundamentação teórica (BRASIL, 2000, p. 2)

O resultado dessa movimentação foi o Parecer n. 11/2000, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que se ocupa das diretrizes da Educação de Jovens e Adultos, cuja especificidade se compõe com os pareceres CEB nº 4 em 29 de janeiro de 1998 e o CEB nº 15 de 1º de junho de 1998, os quais versam, respectivamente, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e o segundo sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Tal Parecer, como dito, remete às diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e ensino médias já

homologadas e contém tópicos voltados para a EJA estruturado da seguinte forma:

fundamentos e funções, bases legais das diretrizes curriculares nacionais da EJA (bases histórico-legais e atuais), educação de jovens e adultos—hoje, bases histórico-sociais da EJA, iniciativas públicas e privadas, indicadores estatísticos da EJA, formação docente para a EJA e diretrizes curriculares nacionais e o direito à educação. (BRASIL, 2000, p. 3-4)

Em 2001, a Lei Nº 10.172, ressalta as altas taxas de analfabetismo no país e a necessidade de políticas focalizadas em diminuir esses números. Afirmar ainda que “para atender a essa clientela, numerosa e heterogênea no que se refere a interesses e competências adquiridas na prática social, há que se diversificar os programas” (BRASIL, 2001), destacando a integração desses programas com a educação profissional e apoio dos empregadores.

Com o início do Governo Lula (PT, 2003-2006 e 2007-2010), surgiram iniciativas esperanças para a Educação de Jovens e Adultos como criação da Secretaria Nacional do Cadastro Único (SECADI) ligada ao MEC, o Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (PBA) e o Programa Fazenda Escola, a criação da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) que abraça a EJA. Carvalho (2011, p. 119) afirma que a criação da SECADI “trouxe a perspectiva de extravar os limites da escolarização formal, destacando a necessidade de a educação acontecer por toda a vida, principalmente no caso da população jovem e adulta, que ainda não se beneficiou do acesso e da permanência na escola”.

O percurso da Educação de Jovens e Adultos ainda é longo e cheio de desafios. De acordo com Alvarenga et al (2008), algumas medidas podem ajudar na eficácia da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como:

- a integração da educação profissional com o EJA;
- a associação das políticas do emprego e proteção contra o desemprego com a formação do EJA;
- políticas dirigidas às mulheres, cuja escolarização tem um grande impacto na nova geração;
- o incentivo à cultura, com criação de oportunidades de conviver num ambiente cultural enriquecedor possibilitando acesso a um universo novo, ampliando a visão do educando.

Para tanto, se faz necessário um estado constante de inconformismo, que impulsiona mudanças e melhorias do cenário educacional do país, a fim de

garantir o exercício pleno da cidadania, democracia, liberdade de expressão e de pensamento dos indivíduos. Tais reivindicações são de extrema importância para todos os cidadãos, em especial para a população do campo, uma vez que o acesso à educação quase sempre lhe foi negado, negligenciado ou adiado, principalmente devido à necessidade de trabalhar.

O principal meio de trabalho da população do campo é a agricultura, o manuseio com a terra. Desde o seu surgimento no período colonial, a agricultura camponesa no Brasil vem enfrentando os mais distintos tipos de empecilhos como “dificuldades políticas do acesso à terra, várias formas de pressão e repressão para a sua subalternização às empresas capitalistas, exploração continuada da renda familiar por diversas frações do capital, indução direta e indireta para a adoção de um modelo de produção e tecnológico que lhes era e é desfavorável e a desqualificação preconceituosa e ideológica dos camponeses, sempre considerados à margem do modo capitalista de fazer agricultura” (CALDART, 2012, p. 32).

Conforme Caldart (2012), na modalidade das atividades do meio rural e dos modos de apropriação dos recursos naturais, reconhecem-se diversas posições sociais e situacionais como agricultores, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. Logo, em um sentido mais amplo, a agricultura camponesa passa a ser vista como o conceito de agricultura familiar, que engloba os produtores e trabalhadores rurais, bem como diversas outras ocupações do camponês. Assim, a partir de uma integração dessa heterogênea massa de trabalhadores se observa uma movimentação buscando um projeto de mudança da posição política. Por esse engajamento,

Os agricultores que aderem ao processo de mobilização tornam-se concorrentes na disputa por créditos e serviços sociais e previdenciários; na demanda de construção de mercados e de cadeias de comercialização menos expropriadoras; na reivindicação de assistência técnica correspondente aos processos de trabalho e produção que colocam em prática; na reivindicação do reconhecimento como protagonista em processos de tomada de decisões políticas que lhes digam respeito ou que sobre eles intervenham – o que equivale a tentar interferir nos padrões de apropriação de recursos públicos por outros segmentos de produtores do setor agropecuário brasileiro.

A mulher e o homem do campo fazem parte de uma cultura ligada à natureza, onde a agricultura torna-se um forte reflexo dessa relação humana-natureza. Ainda segundo Caldart (2012, p. 181) essa cultura tem é marcada por "influências étnicas, relações cotidianas com a natureza, conhecimento empírico amplo, oralidade e prática, espiritualidade, religiosidade, estética, relações diversificadas de cooperação, forte predominância patriarcal, e relação família, comunidade e território." Assim, o camponês como sujeito social histórico possui aspectos que se formam "em condições sociais, materiais e políticas acentuadamente adversas que marcarão suas culturalidades" (CALDART, 2012, p. 181), dentre eles:

- a) Sofre violências e contínuas agressões no percurso da história;
- b) É historicamente ativo em processos de rebeliões;
- c) E apresenta elevado grau de radicalidade na sua ação política.

Logo, identifica-se uma necessidade, por parte dessa população, de lutar para a formulação de políticas públicas capazes de diminuir a inferiorização do trabalho no campo, da agricultura e da cultura camponesa. E uma das funções dos currículos da Educação do Campo é de

"dar centralidade política e pedagógica ao direito da infância e da adolescência, dos jovens e dos adultos do campo a se conhecerem nessa especificidade histórica e de garantir o seu direito a se reconhecerem nesses processos de segregação e inferiorização" (CALDART, 2012, p. 237).

O Censo Escolar de 2017 constatou que 10,8% das matrículas da educação infantil do país são em escolas da zona rural; já no ensino fundamental identificou-se 14,0% das matrículas; e apenas 4,5% das matrículas do ensino médio estão localizadas em escolas da zona rural; e em todos os níveis de ensino mais de 98% dessas matrículas é atendido na rede pública de ensino (IBGE, 2017). Esse percentual decrescente demonstra que os alunos do campo de mais idade, eventualmente, acabam não avançando na escola, o que pode ser justificado pela necessidade de trabalhar e prover sustento para a família. Logo, verifica-se a demanda de um ensino voltado para essa população, o qual supra suas necessidades e peculiaridades.

Atualmente, é possível encontrar projetos, escolas e instituições voltadas à uma educação da mulher e do homem do campo onde se valoriza seus saberes, vivências e lutas. Podemos citar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que promove cursos presenciais e online voltados para capacitação do produtor e agricultor; o Projeto Escola Rural, do Comitê para Democratização da Informática, que tem como objetivo que os jovens construam uma visão empreendedora do meio rural; e o SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa, que é o alvo da nossa pesquisa (QUADRO 01).

QUADRO: PROGRAMAS E ESCOLAS COM EDUCAÇÃO DO CAMPO

GRUPO	FUNDAÇÃO	OBJETIVOS	SITE
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	1973	Desenvolver a base tecnológica de um modelo de agricultura e pecuária genuinamente tropical; viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.	https://www.embrapa.br/
SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa	1989	Ser inspiração para o fortalecimento de redes de Educação transformadora, de movimentos agroecológicos, de construção e disseminação de tecnologias sociais, colaborando para a efetivação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável através do compartilhamento do PEADS.	http://www.serta.org.br/
Programa de Educação Tutorial PET Educampo	2009	Desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; introduzir novas práticas pedagógicas na graduação;	https://petdaeducampo.paginas.ufsc.br/
Projeto Escola Rural	2013	Atender filhos de produtores rurais em suas demandas referentes às novas tecnologias, de uma forma que o conhecimento adquirido venha trazer benefícios para o dia a dia em suas propriedades.	https://cpdi.org.br/projeto/projeto-escola-rural/
Casa do rio	2014	Tem como estratégia o aperfeiçoamento das habilidades da população e suas comunidades, na produção e compartilhamento de conhecimento e no apoio ao desenvolvimento sustentável das cadeias da sociobiodiversidade. Também, consiste em democratizar o acesso da sociedade às riquezas da Amazônia.	https://casadorio.org.br/
Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI)	1999	Proporcionar uma educação do campo de qualidade para jovens, filhas e filhos de pequenos produtores rurais, com práticas que visam incentivar a permanência e melhoria da vida no campo.	http://efaorizona.blogspot.com/
Centro Educacional Agrourbano Ipê		Incentivar a comunidade escolar a utilizar tecnologias sustentáveis; Incorporar questões de preservação ambiental, incentivando práticas mais sustentáveis na agricultura	http://agrourbanoipe.mocambos.net/
Programa Escola do Campo de Araraquara (SP)	2001	Promover educação de qualidade por meio da valorização da cultura local e da realidade de quem mora no meio rural; Oferecer ao educando a possibilidade de optar entre permanecer ou não no campo por meio de atividades conectadas ao seu território e à sua comunidade	Não possui site oficial

FONTE: Dados da pesquisa (2022)

3. AS CONTRIBUIÇÕES DO SERTA – SERVIÇO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA, ENQUANTO PROCESSO PEDAGÓGICO QUE AUXILIA NO PENSAR, SENTIR E AGIR EM TORNO DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO CAMPO

O Serviço de Tecnologia Alternativa - SERTA, foi criado no ano de 1989, no Estado de Pernambuco, como uma organização não governamental, que atua como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip. Fundado por um grupo de agricultores, técnicos e educadores que desenvolviam em comunidades rurais uma metodologia própria para a promoção do meio ambiente, a melhoria da propriedade e da renda e o uso de tecnologias apropriadas. O SERTA assumiu o desafio de elaborar e executar uma proposta educacional voltada para a população do campo, que tivesse como foco o desenvolvimento desses sujeitos.

Conforme De Góis Queiroz (2021, p. 2), a pedagogia do SERTA “parte da premissa de Paulo Freire de que o conhecimento deve ser contextualizado com a vida das educandas e educandos, trabalhando os conteúdos relativos à agroecologia através de práticas pedagógicas reflexivas, no qual tanto os educadores como os educandos se relacionam em um processo de troca de saberes”. Tal metodologia respeita e foca nas vivências e experiências dos indivíduos, bem como no meio no qual estão inseridos.

O SERTA tem como característica a valorização dos estudantes como protagonistas na construção do conhecimento, “compreendendo que o processo educativo se dá com o estudante e não para o estudante, superando a concepção tradicional do processo educativo que enxerga os estudantes como tabula rasa” (DE GÓIS QUEIROZ, 2021, p. 4).

Para chegar a tais propostas e metodologias, os fundadores do SERTA passaram por diversas observações e pesquisas. Abdalaziz de Moura, um dos envolvidos nesse processo, ao se realizar um levantamento com estudantes da quarta série do ensino fundamental, constatou que

a escola exercia um papel estranho com o jovem e a jovem do campo. A escola preparava o aluno/a para abandonar o campo, como se o campo não fosse um lugar e espaço de felicidade,

como se só a cidade ou outras profissões fossem capazes de fazer as pessoas felizes. A escola não construía a identidade do filho do agricultor com autoestima. Estigmatizava a origem do pai como se fosse castigo e fatalidade. Argumentava com frequência “estuda menino, se não tu vai terminar feito teu pai, no cabo da enxada!” Em troca do código escrito, a escola destruía no inconsciente do aluno a sua identidade. (MOURA, 2015, p. 35)

Diante de tais descobertas, levantam-se questionamentos como: “será que existe possibilidade de a escola ensinar outros conteúdos? De conectar de forma mais intensa os conteúdos da escola com o da vida cotidiana dos jovens, da família, do trabalho? De relacionar os saberes escolares, técnicos, acadêmicos com os saberes populares que os pais e as mães dominam?” (MOURA, 2015, p. 35). No ano de 1994, resultado dessas reflexões e práticas em escolas e programas assistenciais, começou a ser desenvolvido o **Programa Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável - PEADS**. Conforme o site oficial do SERTA, atualmente a metodologia do programa orienta a formação de professores em, aproximadamente, 70 escolas de 15 municípios.

O PEADS trabalha o ensino, a pesquisa e a extensão como instrumentos de inovação, transformação e inclusão social, visando estimular a economia e promover a autonomia e protagonismo. O programa se diferencia na medida em que elege:

1. A escola e o aluno como produtores de conhecimento sobre a realidade, em apoio aos processos de desenvolvimento em curso;
2. O adolescente como protagonista e liderança capaz de modificar o seu entorno e as circunstâncias em que vive;
3. A família, como parceira pedagógica, fonte de soluções e não de problemas.⁹

Para tanto, o programa conta com diversos princípios que são as suas bases filosóficas, teórico-metodológicas, cabe citar alguns:

- a) a função da escola é de construir valores e conhecimentos e preparar as pessoas para a vida;
- b) todos aprendem e ensinam (professores, alunos, familiares);
- c) os alunos são capazes de elaborar ideias próprias, que já trazem conhecimentos aprendidos na vida familiar, social e de trabalho;

⁹ SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa - <http://www.serta.org.br/o-serta/>

- d) todos os participantes do processo de construção do conhecimento e de valores são avaliados e se autoavaliam;
- e) o conhecimento é considerado como meio, instrumento, oportunidade para a ação humana, para alcançar o desenvolvimento integral das pessoas e dos territórios onde elas vivem;
- f) acredita-se que os espaços da vida familiar, do trabalho, do mercado, são espaços de aprendizagens e podem ser explorados para o ensino;
- g) privilegia-se a vida real, o trabalho, as potencialidades das pessoas e do seu território, como objeto do conhecimento;
- h) acredita-se que o ensino na escola tem a ver com a visão de mundo, de pessoa e de sociedade e que essa visão deve ser explícita na metodologia, no material didático (MOURA, 2015).

Uma das maiores conquistas do SERTA e PEADS foi desenvolver um Programa Educacional, onde é possível interagir com a escola formal, o ensino regular e integrar com a educação popular. Atualmente, o SERTA disponibiliza diversos cursos livres, dentre eles bioconstrução, manejo agroecológico do solo, horta urbana e sistema agroflorestal, bem como curso técnico em agroecologia, que conta com uma carga horária de 1400 horas, o qual profissionaliza o estudante para se tornar empreendedor do e no campo.

Conforme Caldart (2016, p. 1), a “construção de relações orgânicas entre escolas e processos de produção agrícola fundamentados na agroecologia integra o desafio da Educação do Campo de firmar práticas educativas avançadas, vinculadas à vida e à complexidade de suas questões, além de contribuir no combate ao agronegócio e à lógica social destrutiva de que ele é parte.”

A autora elenca algumas razões que identificam a importância em aproximar a agroecologia nas escolas do campo:

1. Uma primeira razão é pela **vocação humanista** da escola, pois tudo que tem importância para defesa e valorização da vida, em suas diferentes dimensões e na sua diversidade, é de interesse da escola. A agroecologia estuda a vida e fundamenta a opção por uma agricultura a favor da vida;
2. por questão **ética**, uma vez que a exploração exacerbada do capital põe em risco a humanidade, logo é importante ressaltar pautas relacionadas à natureza e à saúde humana;
3. uma terceira razão é de ordem **política**, visto que as escolas do campo assumem o desafio de trabalhar pela construção e a hegemonia do

projeto da agricultura camponesa, e a agroecologia é a base científica de construção da agricultura camponesa capaz de confrontar o agronegócio;

4. por razão **educativa**, pois entende-se que a agroecologia, tomada como objeto de estudo e de atividade produtiva, permite desenvolver a relação entre escola, trabalho e produção, sendo um pilar essencial ao projeto educativo;
5. uma quinta razão é de natureza **epistemológica e pedagógica** e se refere ao trabalho com o conhecimento, posto que, há longo prazo, se faz necessário trabalhar com uma concepção de conhecimento que ajude na compreensão sobre como se produzem os fenômenos da natureza e as relações sociais, como a realidade se movimenta e se transforma. CALDART, 2016).

A Proposta Educacional do SERTA conta com um roteiro metodológico básico composto de 4 (quatro) etapas ontológicas e dialéticas, e não cronológicas, uma vez que há uma predominância circunstancial de uma sobre outra, no momento que se desenvolve cada uma.

A **primeira** etapa é um levantamento inicial de saberes, de práticas, dados e informações, a aproximação que os educandos fazem com o tema ou a realidade a ser estudada, a partir do que as pessoas já vivenciam, experimentam, sentem ou sabem.

A **segunda** etapa o educador passa a processar os dados, as informações e os conhecimentos trazidos pelas pesquisas e tarefas dos educandos, onde o (a) educador (a) junto, tematiza, acrescenta, desdobra em conteúdos curriculares de matemática, português, ciências, história, cultura, arte.

Na **terceira** etapa, usam-se os verbos transformar, agir, intervir na realidade, visto que se incentiva provocar as pessoas com o novo conhecimento adquirido, na perspectiva de que daí brote uma ação que ajude a construir o desenvolvimento.

E a **quarta** etapa consiste na avaliação dos processos vivenciados, dos conteúdos construídos e assimilados, dos sujeitos que participaram do processo, e dos resultados alcançados (MOURA, 2002).

Enquanto autora do presente trabalho nasceu e cresceu na zona rural do sertão de Pernambuco, em uma cidade com cerca de 11 (onze) mil habitantes, chamada Iguaraci. Ainda bastante jovem, ingressei no curso de magistério na mesma cidade, pois era uma das poucas oportunidades profissionais na qual

podíamos conseguir uma renda para colaborar com as despesas da família, o que possibilitou o contato com salas de aula na Educação de Jovens e Adultos. No ano de 2012, conclui o curso de agroecologia ofertado pelo SERTA, no qual foi possível o contato direto com o processo de cultivo, manejando a terra desde o trabalho inicial com enxada até a colheita.

A aproximação entre as escolas do campo e a agroecologia é de relevância política, ética e formativa. Conforme Caldart (2016) tem importância política, pois representa uma base de construção de agricultura que confronta a agricultura industrial capitalista, defendendo o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa. Essa agricultura tem as variações próprias à diversidade e à história de seus sujeitos, um modo de agricultura com a natureza (não contra ela) e para e pelo ser humano (não contra ele). Tem relevância ética, uma vez que se trata de um modo de fazer agricultura em que a relação com a natureza marca a humanização dos produtores, que por sua vez humanizam a natureza, e se desenvolve a partir do aporte de diferentes ciências. A agroecologia necessita da pesquisa científica para avançar, que por sua vez não avança sem as práticas dos agricultores e os conhecimentos tradicionais nelas contidos. Logo, tem sua relevância formativa, uma vez que os homens e mulheres do campo precisam passar a entender a natureza dos agroecossistemas e dos princípios por meio dos quais eles funcionam, a fim de desenvolver uma agricultura mais auto suficiente e sustentável (CALDART, 2016).

O conceito de agroecologia se fundamenta em um modelo de agricultura que seja produtiva, ecologicamente equilibrada, conservando a biodiversidade, além de socialmente justa, economicamente viável e culturalmente adequada (CALDART, 2016).

A agroecologia é de extrema importância para o processo de construção de uma autonomia do sujeito do campo. A partir dos ensinamentos do curso, conforme De Góis Queiroz (2021, p. 2), “identificamos a importância do resgate de alguns elementos associados a relação entre o homem e a natureza, como a valorização dos saberes camponês, indígena e quilombola no trato com a terra”. A agroecologia, embora seja uma ciência, não se restringe a isso durante o curso disponibilizado pelo SERTA, há o incentivo para que o educando assuma uma postura filosófica diante da vida e do mundo. Conforme o Projeto Político Pedagógico (SERTA, 2019) do curso, a vida dos estudantes, sua produção, seu

trabalho, sua família, como suas potencialidades e fragilidades fazem parte do currículo, e são estudadas como conteúdo das disciplinas. Os alunos são avaliados pelas atitudes e ações, pelo que passam a fazer, a conquistar, a realizar em sua vida pessoal, comunitária, profissional e política.

No curso, desde o primeiro módulo, os estudantes serão estimulados para agirem a partir do que aprenderam. Durante o primeiro módulo constroem uma Linha de Base do nível que chegaram e ao longo do curso vão se autoavaliando e sendo avaliados pelos professores sobre quais passos conseguiram avançar, em termos de ação, de intervenção na realidade, de aplicação das tecnologias, de acesso às políticas públicas, de mobilização social, de melhoria da renda da família, de mudança do sistema convencional de produção para um sistema de base agroecológica. (SERTA, 2019, p. 15)

O Curso Técnico em Agroecologia é ministrado em Regime de Alternância, introduzido no Brasil a partir de 1969 pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e depois pelas Casas Familiares Rurais (CFR), e depois seguidas por várias outras instituições. Uma semana por mês os educandos ficam internos na Unidade de Ensino e três semanas permanecem em suas famílias e comunidades desenvolvendo, complementando e aplicando as aprendizagens, durante 18 meses.

FIGURA 01: Biodigestor



Fonte: arquivo da autora (2022)

No período interno na Unidade de Ensino, nós, alunos, ficávamos sendo monitorados pelos educadores, que também permaneciam na escola. Nesse Tempo Escola, tínhamos aulas presenciais, aulas práticas e no campo, todavia o contato com os educadores era realizado a todo o momento necessário, onde podíamos conversar tirar dúvidas, falar de nossas iniciativas e problemas, nos intervalos e nos tempos livres. Esse período interno não causou danos àqueles que estudavam no ensino regular, pois foi realizado em parceria com a escola/prefeitura, onde os alunos ficam isentos de faltas. Essa parceria também se estendia para o transporte, uma vez que a prefeitura disponibilizava um veículo para locomoção até o SERTA. Essa convivência, a partilha da comida, dos cuidados, dos serviços faz parte do currículo. Conforme o PPP do curso, a gestão da escola preza pelos valores vividos em comum: respeito pelas diferenças, pelos ritmos, opções, jeitos, capacidade de iniciativa para a solução dos problemas, coleguismo e companheirismo, afeto, carinho, atenção na hora da doença ou de outra necessidade, satisfação, autoestima elevada, autoconfiança, participação nos serviços etc. (SERTA, 2019).

Durante o Tempo Comunidade, as três semanas seguintes do mês permaneciam com suas famílias, onde tínhamos que realizar atividades de leitura, escrita e pesquisa, aplicarmos as aprendizagens na propriedade.

FIGURA 02: Construção do biodigestor



Fonte: arquivo da autora (2022)

A propriedade rural da minha família, onde residia na época, já possuía alguns projetos como pocilga (local de criação de porcos), e a estufa geodésica (criação de galinhas). Porém foi durante os dezoito meses de curso, que tive a oportunidade de conhecer diversas tecnologias alternativas, no qual recebíamos o conteúdo teórico e também vivenciamos a prática, através das construções e implantações dessas tecnologias. Durante o Tempo Comunidade do curso, foi possível implantar um biodigestor (IMAGEM 01), utilizado para acelerar o processo de decomposição da matéria orgânica, o qual gera biogás a partir de dejetos dos animais, utilizado para o preparo de alimentos. Diante de tais implantações, a propriedade se tornou referência na comunidade, e, apesar de não residir mais na região, os projetos tiveram continuidade com meu pai e minha mãe.

Para implantação do biodigestor foram realizados mutirões com o auxílio dos estudantes e professores do curso, bem como dos moradores da comunidade (FIGURA 02 e 03).

FIGURA 03: Construção do biodigestor



Fonte: arquivo da autora (2022)

Todas essas etapas de ensino e atividades realizadas são levadas em consideração na avaliação dos educandos do curso, seguindo as seguintes dimensões:

- se os educandos se apropriando dos princípios ensinados durante o curso, saber se eles passam a acreditar mais neles mesmos, na família, valorizando mais o trabalho, o campo, assumindo mais suas próprias decisões, respeitando mais o meio ambiente;
- se estão apropriando dos conhecimentos construídos e debatidos em sala de aula, nas práticas do campo, nos mutirões com os colegas;
- se além de aprender para si, o estudante aprende para passar para os outros e se assume esta postura de tratar o conhecimento não como uma realidade neutra, mas comprometida com o desenvolvimento da vida dos seres no planeta;
- se o estudante gosta de trabalhar, de concretizar ideias em projetos e ações individuais, grupos, coletivos e se aprendem a sistematizar seus processos vividos de aprendizagem, se dominam formas, meios, e dinâmicas para se avaliarem e avaliarem os processos que conseguem se envolver em seu cotidiano. (SERTA, 2019, p. 32)

Tais projetos possibilitados pelo curso de agroecologia colaboraram para a construção da ideia de que, mesmo sendo uma propriedade rural sem muitos recursos financeiros, é possível desenvolver-se em harmonia com o meio que nos cerca e orgulharmo-nos por nossas conquistas do trabalho manual com a terra. Esse impacto foi visível, não somente em nós, moradores da propriedade, mas em todos os indivíduos da comunidade. As aprendizagens adquiridas por intermédio SERTA proporcionam que as ideias e conhecimentos fossem aplicados para todos os setores das nossas vidas, por exemplo, pude levar essa experiência para minhas salas de aulas no estágio do magistério, onde foram criadas hortas nas escolas com ajuda dos próprios alunos. Além das atividades citadas, durante o curso de agroecologia também fomos incentivados a participar de intercâmbios, seminários, congressos, onde pude acompanhar congressos no Rio de Janeiro e Fortaleza na época.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo buscar responder ao questionamento: ***Em que medida, as experiências socioeducativas protagonizadas pelo SERTA, podem contribuir no sentir, pensar e agir em torno de uma Educação de Jovens e Adultos no campo?*** Para tanto, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: (1) Apresentar o campo enquanto uma construção sócio-histórica cultural protagonizada pelas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em suas experiências sociais; (2) Discutir os desafios e perspectivas da alfabetização de pessoas jovens e adultas no contexto da educação do campo no nordeste brasileiro; (3) Analisar as contribuições do SERTA – Serviço de tecnologia Alternativa, enquanto processo pedagógico que auxilia no pensar, sentir e agir em torno da educação de pessoas jovens e adultas no campo.

No decorrer da pesquisa viu-se que, a educação de qualidade é um direito de todo e qualquer cidadão, assegurado pela Constituição Federal, porém há um longo percurso até que toda a população tenha acesso à uma educação de qualidade, na qual se valorize seus saberes e vivências individuais. Os homens e mulheres campo fazem parte de uma parcela da sociedade que durante muito tempo foi negligenciada e deixada a margem das políticas públicas, com um histórico de lutas constantes por moradia, diminuição da inferiorização do trabalho no campo e da agricultura, igualdade social, entre outros direitos sociais, inclusive o direito a educação.

As pesquisas mostram diversos motivos para a evasão escolar, entre eles a necessidade de trabalhar, e a população do campo têm como principal meio de sustento o trabalho com a terra, o que demanda tempo e dedicação, assim ocasiona uma maior desistência escolar. Então a Educação de Jovens e Adultos surge como uma alternativa para aqueles que desejam reingressar na escola. Para tanto, se faz necessário uma integração do EJA com a educação profissional, associação entre a formação acadêmica e políticas de emprego, assim como o incentivo à cultura.

Os indivíduos do campo possuem características culturais e sociais próprias e heterogêneas que devem ser levadas em consideração na formação e oferta das propostas pedagógicas. O campo, enquanto espaço de vida,

trabalho e cultura precisam ter espaços onde os estudantes possam se desenvolver sem deixar de lado sua identidade e essência. Assim, a Educação do Campo constrói um espaço onde todos os sujeitos tenham reconhecimento e na qual suas lutas, inquietações e questionamentos são qualificados, visando a emancipação humana valorizando a identidade do homem e da mulher do campo e sua relação com a natureza e com a comunidade.

Atualmente, é possível encontrar projetos, escolas e instituições voltadas à uma educação do homem e da mulher do campo onde se valoriza seus saberes, vivências e lutas. Uma delas é o Serviço de Tecnologia Alternativa - SERTA, que foi fundado por um grupo de agricultores, técnicos e educadores que desenvolviam em comunidades rurais uma metodologia própria para a promoção do meio ambiente, a melhoria da propriedade e da renda e o uso de tecnologias apropriadas. A proposta pedagógica do SERTA é voltada para promoção de conteúdos relativos à agroecologia, com foco na contextualização do ser do campo como protagonista do processo de ensino e aprendizagem.

Através dessa pesquisa e das vivências proporcionadas durante o período que a autora teve contato com o SERTA, é possível concluir que o estudo da agroecologia nas escolas do campo é de extrema importância política, ética e formativa. Tem importância política, pois defende a agricultura familiar em contraponto à agricultura industrial capitalista, levando em conta as características e vivências de cada sujeito envolvido. A agroecologia tem enfoque nas lutas e reivindicações dessa classe trabalhadora, assim demonstra sua relevância ética. E tem importância formativa, pois incentiva os indivíduos do campo na busca e aquisição de conhecimentos sobre agroecossistemas e novas tecnologias sustentáveis para o manejo e cultivo da terra.

Concluimos também que o SERTA promove um incentivo no processo de construção de uma autonomia do sujeito do campo, onde aproxima de forma harmônica, o indivíduo com a natureza, agricultura e o meio-ambiente, valorizando seus saberes, sua maneira de pensar, agir e sentir. Por meio do curso, foi possível vivenciar uma forma de fazer agricultura onde nós, os homens e mulheres do campo, viam como indivíduos capazes de promover mudanças e melhorias em nossas vidas e no ambiente que nos cerca, sem perder a essência de nossa história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARENGA, S.M.M.; CUSTÓDIO, C.L.C.; OLIVEIRA, A.A.; MORAES K.P.; Silva, A.E.P. **A educação de jovens e adultos no contexto atual da educação brasileira** Universidade do Vale do Paraíba / Faculdade de Educação, Estrada do Limoeiro, 250 Villa Branca – Jacareí/SP
- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Documentos Finais.** Luziânia, GO, 27 a 31 jul. 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, v. 1, n. 1, p. 37-64, 2007.
- BRASIL, Secretária de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos.** Língua Portuguesa. Paraná, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11/2000, de 10 de maio de 2000.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 38955 de 27/03/1956 / PE - Poder Executivo Federal. Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) instituída em 9 de maio de 1952.** Arquivo Portal de Legislação, 1956.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento de Nacional de Educação. **Campanha de Educação de Adultos.** Rio de Janeiro, 1950.
- CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Educação do campo. Dicionário da educação do campo.** São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CALDART, Roseli Salete. **_. Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida.** Veranópolis – RS, 2016. (mimeo)
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Trabalho, educação e saúde, v. 7, p. 35-64, 2009.
- CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **As políticas para a Educação de Jovens e Adultos nos governos Lula (2003-2010):** incongruências do financiamento insuficiente. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Constituição (1934) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616954/artigo-150-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>>
- COSTA, Deane Monteiro Vieira; ARAUJO, Gilda Cardoso de. A campanha de educação de adolescentes e adultos e a atuação de Lourenço Filho (1947-1950):

a arte da guerra. **Simpósio Brasileiro De Política E Administração Da Educação**, v. 25, p. 01-09, 2011.

DE GÓIS QUEIROZ, Rodrigo José. Educação e Agroecologia: apontamentos sobre a experiência de formação humana no curso do SERTA. **Educação**, v. 46, p. 1-25, 2021.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 58-77, nov. 2001.

Expressão Popular, Setor de Educação do MST/Terra, 2005.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Professoras missionárias “pessoas de rara dedicação e boa vontade”: Campanha Nacional de Educação Rural no Brasil (1952-1963). **Anuário Mexicano de História de la Educación**, v. 1, n. 1, p. 115-132, 2018.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FREITAS, Helana Célia. Rumos da educação do campo. **Em aberto**, v. 24, n. 85, p. 24-85, 2011.

GALVÃO, Ana Maria de O. e SOARES, Leôncio José Gomes. **História da alfabetização de adultos no Brasil**. In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges C. e LEAL, Telma Ferraz (Orgs.) A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.27-58.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Escolar de 2017 - notas estatísticas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, n. 19, 2002.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. 2008. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo.

MOURA, Abdalaziz de. **Uma filosofia da Educação do Campo que faz a diferença para o campo**. Edição comemorativa dos 25 do SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa. Recife: Via Design Publicações, 2015.

MOURA, Abdalaziz de. IDÉIAS EM CONSTRUÇÃO DOCUMENTOS PARA ESTUDO. 2002. Disponível em: <<https://www.serta.org.br/wp-content/uploads/2021/07/1.10.-Proposta-Educacional-do-Serta-PE-e-do-MOC-BA-2001.pdf>>

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais. **Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001**. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa de Reforma Agrária, 2005.

NETO, Luiz Bezerra. Educação do campo ou educação no campo?. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 10, n. 38, p. 150-168, 2010.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2019. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>.

Acesso em: 05 de maio de 2022.

RANGEL, Mary; CARMO, Rosângela Branca. Da educação rural à educação do campo: revisão crítica. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 20, n. 36, 2011.

SERTA / PEADS; Como as situações do campo lidam com a Educação; Projetos do campo e resgates da cultura do campo.

SERTA. Projeto Pedagógico do Curso de Agroecologia. Ibimirim, 2019.

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2010.

AGRICULTURA

Sistemas Agroflorestais já é uma realidade em Caruaru

Por: Diário de Pernambuco
Publicado em: 26/08/2012 10:07



Os SAFs contemplam mais de 40 agricultores dos quatro distritos do município. O sistema se consolida como uma solução sustentável com vantagens econômicas para a agricultura familiar (Foto: J. A. M. de Sá).

Divulgação/Felipe Correia

A Prefeitura de Caruaru, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), implantou o Projeto de Sistemas Agroflorestais, também chamado de SAFs, e já contempla mais de 40 famílias de agricultores, dos quatro distritos do município. Nessa terça-feira (23), os agricultores de Caruaru, contemplados pelo projeto, passaram o dia na sede do Sertão, na cidade de Glória do Goitá (PE), aprendendo como plantar e cultivar de forma mais saudável, sem agrotóxicos e com processos simples de sustentabilidade.

O projeto SAF, que ajuda na diversificação e aumento da produção, além de contribuir para o equilíbrio ambiental e melhorar a renda do homem do campo, é uma realidade no Brasil e tem se consolidado como uma solução viável e sustentável com vantagens econômicas, sociais e ambientais, principalmente para a agricultura familiar.

Em Caruaru, os agricultores cadastrados estão recebendo, desde março de 2022, capacitação, ciclos de mentorias e de qualificação, além de oficinas gerenciais e consultorias, com o apoio do Programa Qualifica, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Economia Criativa, da Prefeitura de Caruaru.

As ações integradas visam potencializar o desempenho e ampliar o mercado, melhorando a gestão, ações de comercialização e inovação. As consultorias são prestadas nas propriedades rurais dos agricultores. A prefeitura conta com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta).

Tags: [plantio](#) | [sistema](#) | [agricultura](#) | [ensino](#) | [caruaru](#) |

COMENTÁRIOS

Alunos do curso de Sistemas Agroflorestais visitam Serra dos Cavalos

Por Carlos Recúpero - 7 de setembro de 2022



A Prefeitura de Caruaru, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA-PE), acompanhou os alunos do curso de Sistemas Agroflorestais (SAF) numa visita à Serra dos Cavalos, nesta terça-feira (06). O intuito foi realizar uma aula prática mostrando a melhor forma de conexão e uso da natureza para utilizar na agricultura familiar. Ao todo, são 40 agricultores dos quatro distritos do município que participam da capacitação.

A aula ministrada pelo professor Leandro Pacheco, do SERTA-PE, mostrou aos alunos as características de um solo fértil e a melhor forma de cuidá-lo, a maneira ideal para o arado, a relação entre as plantas através da simbiose e o motivo para não usar agrotóxicos. "A aula é uma imersão prática na floresta, que é o local onde devemos nos inspirar para termos um melhor plantio, visando sempre o melhor para o meio ambiente, através do desenvolvimento sustentável e não poluente", destacou.

Para o secretário de Desenvolvimento Rural, Manoel Júnior, o SAF é um resgate à maneira da produção agrícola familiar. "Os produtores rurais adquirem novas técnicas de cultivar, consorciando várias culturas, numa mesma área, ao longo do ano, permitindo manter o equilíbrio ambiental dessa área", analisou, Manoel Júnior.

De acordo com o secretário, são vários benefícios, a exemplo do socioeconômico (produzir, vender, aumentar sua renda); da recuperação de áreas degradadas; da diminuição de pragas e doenças, e da geração de alimentos mais saudáveis sem uso de produtos químicos. "Enfim, é a garantia de uma zona rural forte, dando valor aos produtores rurais de nosso município."

Capacitação Qualifica Caruaru – SAF

Em Caruaru, os agricultores cadastrados estão recebendo, desde março de 2022, capacitações, ciclos de mentorias e de qualificação, além de oficinas gerenciais e consultorias, com o apoio do Programa Qualifica, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Economia Criativa, da Prefeitura de Caruaru.

As ações integradas visam potencializar o desempenho e ampliar o mercado, melhorando a gestão, ações de comercialização e inovação. As consultorias são prestadas nas propriedades rurais dos agricultores. A prefeitura conta com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta).

Foto: Felipe Correia



Formação permanente em agroecologia: CPT Alagoas fortalece prática agroecológica e a produção de alimentos saudáveis

28 de março de 2022 Destaque, Reforma Agrária Combate Racismo Ambiental

Entre os dias 15 e 17 de março, a CPT Alagoas realizou mais uma etapa de formação permanente em agroecologia. O projeto é voltado para a capacitação das famílias camponesas acompanhadas pela organização.

por Lara Tapety, em CPT/AL

A cada etapa, as agricultoras e os agricultores aprendem um pouco mais as práticas agroecológicas de produção de alimentos saudáveis, assim como a importância da convivência em comunidade, trabalhando de forma coletiva, com respeito ao meio ambiente e preservação da natureza.

A metodologia utilizada é a troca de conhecimento entre camponeses e visa evidenciar as experiências das pessoas que fazem parte do coletivo.

No primeiro dia do curso, foram estudadas as práticas de manejo de Sistemas Agroflorestais (SAF), poda e demonstração de uso de maquinários agrícolas de pequeno porte para a agricultura familiar. As atividades aconteceram no lote do camponês José Cícero dos Santos, no assentamento Flor do Bosque, localizado no município de Messias, Alagoas.

Protagonismo e autonomia

"Cicinho", como é conhecido, é agricultor agroecológico e feirante na Feira Orgânica da Praça Centenário, em Maceió. É coordenador do grupo Embaúba, de certificação participativa, que integra agricultores do assentamento Flor do Bosque (Messias), assentamento Rio Bonito (Flexeiras) e agricultores dos municípios de Pilar e Maceió.

O Embaúba, mais outros 7 grupos, compõe o núcleo zona da mata do Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG Bem Viver), o qual a CPT integra como membro colaborador juntamente com outras organizações.

Durante a visita a seu lote, Cicinho socializou sua experiência no manejo de SAFs e demonstrou o uso do triturador de galhos – um equipamento de grande valia no manejo ecológico da unidade de produção. O triturador auxilia no manejo dos resíduos acelerando sua decomposição e incorporação ao solo na forma de matéria orgânica (isto é, ajuda a fazer a cobertura do solo e a compostagem) facilitando o trabalho dos camponeses.

O fomento ao uso de máquinas agrícolas para agricultura familiar é parte do projeto "Tecendo Autonomia Alimentar para a Vida", executado em rede no estado de Alagoas pela Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA), tendo apoio da CPT, Embrapa Alimentos e Territórios e Instituto Mundo Unido (IMU) no núcleo da zona da mata. A proposta é construir a produção agroecológica, fortalecer a Rede Mutum (Articulação Alagoana de Agroecologia), bem como consolidar o Sistema Participativo de Garantia (SPG) Bem Viver.

Através desse projeto, cada um dos 3 núcleos do SPG Bem Viver (zona da mata, agreste e sertão) recebeu um kit de mecanização agrícola contendo um triturador de galhos, um micro trator e seus equipamentos (enxada rotativa e carroça), roçadeira e motosserra, que serão utilizados em capacitações e nas unidades produtivas pelos membros fornecedores e colaboradores.

A iniciativa faz parte do programa de Programa de Fortalecimento de Redes de Produção Orgânica, Agroecologia e Extrativismo (Ecoforte), com recurso da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Formação permanente

No dia seguinte, 16, ocorreu a visita ao Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), no município de Glória do Goitá, em Pernambuco. Essa organização foi fundada em 1989 a partir de um grupo de agricultores, técnicos e educadores. O foco é o desenvolvimento e reconhecimento da importância da agricultura familiar.

O último dia de atividade, 17, de volta do assentamento Flor do Bosque, contou com prática de manejo de frutíferas no lote do camponês e agente da pastoral Jailson Tenório, o Careca, que, assim como Cicinho, faz parte da OCS (Organização de Controle Social) da comunidade e compõe o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Na sequência, houve o planejamento das próximas etapas da capacitação. A próxima etapa está prevista para os dias 18 e 19 de abril.